

FABIANA FAVRETO
FERNANDO DE OLIVEIRA E PAULA LIMA
JULIANA DELÉO RODRIGUES
ROBERTA MAIA GRESTA
RODRIGO DE MACEDO E BURGOS
Coordenadores

Prefácio
Cármem Lúcia Antunes Rocha

DIREITO PÚBLICO E DEMOCRACIA

Estudos em homenagem aos 15 anos do
Ministro Benedito Gonçalves no STJ

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598	Direito público e democracia: estudos em homenagem aos 15 anos do Ministro Benedito Gonçalves no STJ / Fabiana Favreto, Fernando de Oliveira e Paula Lima, Juliana Deléo Rodrigues, Roberta Maia Gresta, Rodrigo de Macedo e Burgos. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 516p. 14,5x21,5cm ISBN 978-65-5518-612-3. 1. Direito público. 2. Direito eleitoral. 3. Superior Tribunal de Justiça. I. Favreto, Fabiana. II. Lima, Fernando de Oliveira e Paula. III. Rodrigues, Juliana Deléo. IV. Gresta, Roberta Maia. V. Burgos, Rodrigo de Macedo e. VI. Título. CDD: 341.28 CDU: 342.8
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FAVRETO, Fabiana; LIMA, Fernando de Oliveira e Paula; RODRIGUES, Juliana Deléo; GRESTA, Roberta Maia; BURGOS, Rodrigo de Macedo e (Coord.). *Direito público e democracia: estudos em homenagem aos 15 anos do Ministro Benedito Gonçalves no STJ*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 516p. ISBN 978-65-5518-612-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Cármem Lúcia Antunes Rocha	19
APRESENTAÇÃO.....	23
1ª PARTE – DIREITO PÚBLICO FILOSOFIA DO DIREITO E DIREITO CONSTITUCIONAL	
REVISITANDO ÍTALO CALVINO: CIÊNCIA, ÉTICA E DIREITO; PROBLEMAS, DESAFIOS E LIMITES	
Luiz Edson Fachin	27
1 Nota prévia.....	27
2 Introdução.....	27
3 Os saberes, as liberdades e as escolhas.....	28
4 Habermas e o senso comum democraticamente esclarecido	29
5 O Judiciário e a sociedade plural.....	30
6 A ética aqui e alhures.....	33
7 Considerações finais.....	36
SUPERAÇÃO E PERMANÊNCIA DO PENSAMENTO JUSPOSITIVISTA	
Napoleão Nunes Maia Filho	39
1 Estatismo latente no sistema positivista.....	39
2 Remédios e venenos: pensamento e escrita	45
3 Tópica judicial e poderes estatais.....	52
4 As leis escritas e sua aplicação.....	55
Referências	62
O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES	
Regina Helena Costa	65
1 Introdução.....	65
2 O Estado Democrático de Direito nos acórdãos da relatoria do Ministro Benedito Gonçalves.....	66
2.1 Comunidade remanescente de quilombo.....	66

2.2	Procedimento de investigação preliminar preparatório de inquérito civil	67
2.3	Improbidade administrativa	68
2.4	Estatuto da Criança e do Adolescente	70
2.5	Abandono de cargo	71
2.6	Medida cautelar inominada criminal	72
3	Conclusão.....	73
	Referência.....	73

SEPARAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL: COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

José James Gomes Pereira	75	
1	Introdução.....	75
2	Separação de poderes: análise histórica e conceitual	75
3	Conclusão.....	83
	Referências.....	83

DIREITO PÚBLICO E SEPARAÇÃO DOS PODERES: A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE NA ATUAL RELAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DO ESTADO

Renato César Guedes Grilo, Rodrigo de Macedo e Burgos	87	
	Introdução.....	87
1	O princípio da fraternidade e a sua relevância constitucional ...	88
2	A modificação de paradigma para o princípio da separação dos poderes: da perspectiva positivista ao constitucionalismo fraternal.....	92
	Conclusão.....	95
	Referências	96

DEFESA DA DEMOCRACIA PELA ADVOCACIA PÚBLICA: ENSAIO EM HOMENAGEM AO MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL BENEDITO GONÇALVES

Jorge Rodrigo Araújo Messias	99	
1	Introdução.....	99
2	Democracia defensiva	100
3	A advocacia pública na defesa da democracia.....	103
4	Conclusão.....	106
	Referências	107

A TRAJETÓRIA DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES E AS GARANTIAS DA ADVOCACIA BRASILEIRA

José Alberto Simonetti	109	
1	Introdução	109
2	A independência e a autonomia da advocacia.....	110
3	A proteção das prerrogativas da advocacia	113

4	Considerações finais.....	115
	Referências.....	116

DIREITOS FUNDAMENTAIS

O MINISTRO BENEDITO GONÇALVES E SEU PAPEL NO COMBATE AO RACISMO

	Camile Sabino, Mônica Furbino	121
	Introdução.....	121
1	A construção histórica da desigualdade racial no Brasil	122
2	O combate ao racismo dentro na nova ordem constitucional de 1988	126
3	A preocupação da Constituição na promoção da igualdade racial e as inovações da Lei nº 7.716/1989.....	127
4	Impacto da visão antirracista no desempenho da atividade jurisdicional brasileira	129
5	Trajetória do Ministro Benedito Gonçalves	130
6	O impacto da atuação do Ministro Benedito na desconstrução do racismo estrutural	132
7	O trabalho do Ministro na Comissão contra o Racismo na Câmara dos Deputados	134
	Conclusão.....	136
	Referências	138

LIMITES DOS ATOS JURISDICIONAIS PELO HUMANISMO PRINCIPOLÓGICO

	Mário Goulart Maia	141
--	---------------------------------	-----

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

	Humberto Martins	153
1	Introdução.....	153
2	Consolidação do direito fundamental à saúde.....	154
3	Prestação de serviços relativos à saúde e repartição de competências no SUS – legitimidade passiva nas ações visando à efetivação do direito fundamental à saúde	156
4	Conclusão.....	163
	Referências	163

O PROTAGONISMO DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES NO JULGAMENTO DO TEMA Nº 106/STJ

	Paulo Sérgio Domingues	167
1	Introdução	167
2	Saúde como um direito fundamental	168
3	Relevância e importância do julgamento do Tema nº 106/STJ ...	170
4	Considerações finais.....	173

REFLEXÕES SOBRE A QUALIDADE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
BRASILEIRA

Antônio Herman Benjamin	175
1 As boas notícias.....	177
2 As más notícias.....	179
3 Brasil: um Estado de direitos e de deveres ambientais.....	181
4 Qualidade do Estado de Direito Ambiental no Brasil.....	185
5 Paraíso legislativo e esterilidade prática do direito ambiental: o exemplo do desmatamento.....	187
6 Conclusão: da insinceridade normativa à inconstância normativa.....	191
Referências.....	192

DO CAOS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: QUESTÕES
AMBIENTAIS DE DIREITO PRIVADO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA

Paulo Dias de Moura Ribeiro	195
1 Agradecimento inicial.....	195
2 Cidadania.....	197
3 Meio ambiente.....	199
4 Bem comum.....	199
5 Bem comum e meio ambiente.....	200
6 Os precedentes brasileiros e portugueses.....	200
7 Conclusão.....	205
Referências.....	205

DISCIPLINA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
ÀS MARGENS DOS CURSOS D'ÁGUA EM ÁREA URBANA
CONSOLIDADA. COMENTÁRIOS AO TEMA Nº 1.010/STJ

Fabiana Favreto, Fernando de Oliveira e Paula Lima	207
Homenagem ao Ministro Benedito Gonçalves.....	207
1 Introdução.....	208
2 Origem do julgamento.....	208
3 Julgamento do Tema nº 1.010/STJ.....	210
4 Conclusão.....	217
Referências.....	218

MULHERES ENCARCERADAS, GESTANTES E LACTANTES:
NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA
FOMENTADA PELO PODER JUDICIÁRIO

Serly Marcondes Alves, Antônio Veloso Peleja Júnior, Natália Nunes Lopes	219
1 Abordagem inicial.....	219
2 As mulheres como titulares de direitos humanos e a inação estatal nos cárceres brasileiros.....	220

3	O estado de coisas inconstitucional: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal	223
4	Consequência da atuação do Poder Judiciário: a atuação dialógica e a Lei nº 13.769/2018.....	225
	Referências	226

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

O NOVO REGIME DE PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS FEDERAIS

	Maria Thereza de Assis Moura, Evaldo de Oliveira Fernandes Filho	231
1	Introdução.....	231
2	Histórico.....	232
3	O novo regime de quitação dos precatórios federais instituído pela Emenda Constitucional nº 114.....	235
4	Questões controvertidas decorrentes do novo regime dos precatórios federais	242
5	Conclusão.....	245
	Referências	245

A IMPORTÂNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA NO CONTROLE DE LEGALIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

	Luiz Alberto Gurgel de Faria, Rogério da Silva Mendes	247
	Introdução.....	247
1	Boa-fé objetiva no âmbito tributário	248
2	A jurisprudência do STJ acerca da boa-fé objetiva no âmbito tributário	251
	Considerações finais.....	255
	Referências	256

VISÃO HUMANISTA DO DIREITO TRIBUTÁRIO: O CASO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES

	José Antonio Dias Toffoli	259
1	Introdução.....	259
2	Do julgamento do Tema Repetitivo nº 217.....	260
3	Das contribuições do julgamento do Tema Repetitivo nº 217.....	261
4	Da visão contemporânea da tributação e da harmonia dela com o julgamento do Tema Repetitivo nº 217	262
5	Da reforma do Sistema Tributário Nacional.....	265
6	Conclusão.....	266
	Referências	266

DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE ALÍQUOTA REDUZIDA DE ISS INCIDENTE SOBRE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS

	Luciano Bandeira Arantes, Maurício Pereira Faro	269
1	Introdução.....	269

2	Conceito de serviços hospitalares – jurisprudência do STJ	270
3	Precedentes judiciais sobre a alíquota aplicável a serviços hospitalares sem estrutura para internação	276
4	Conclusão	280

DIREITO PROCESSUAL

GARANTIAS PROCESSUAIS NAS AÇÕES COLETIVAS: NOTAS SOBRE A LEGITIMIDADE DAS ENTIDADES COLETIVAS

Mauro Campbell Marques	283	
1	Introdução	283
2	Conceitos básicos sobre interesse e legitimção em direito coletivo	284
3	Nuances processuais a serem observadas na atuação de associações e sindicatos na defesa de direitos de servidores públicos	286
3.1	Legitimidade das associações	287
3.2	Legitimidade dos sindicatos	288
4	Considerações finais	289
	Referências	290

JUIZADOS ESPECIAIS, ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E PRECEDENTES

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas	293	
1	Introdução	293
2	Os princípios constitucionais específicos dos juizados	294
3	Os princípios – ou critérios – legais dos juizados e sua importância para o Judiciário como um todo	294
4	As leis que regulam os juizados	295
5	O que os juizados representaram para o país?	295
6	Fundamentos dos juizados	295
7	Novos rumos no processo por meio de uma nova administração da justiça	297
8	A gestão e o controle dos juizados	298
9	Transparência e segurança nos juizados	298
10	Funcionamento, racionalização e operabilidade dos juizados	299
11	A problemática da aplicação dos precedentes aos juizados	300
12	Inovações recentes	300
13	Importância das trocas de ideias e experiências: transversalidade interna e externa	301
14	Problemas	301
15	E o futuro?	302
16	Conclusão	302

COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DE MANDADO DE
SEGURANÇA: COMENTÁRIOS

Araldo Esteves Lima..... 305

PRESCRIÇÃO: A REPERCUSSÃO DO PRINCÍPIO DA *ACTIO NATA*
NA REPARAÇÃO PATRIMONIAL PELA DEMORA NA CONCESSÃO
DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO

**Carlos Ribamar de Castro Ferreira, Leopoldo Rodrigues Portela,
Mário Pereira Costa Júnior**..... 313

1	Introdução	313
2	Configuração do dano material na demora injustificada na apreciação do pedido de aposentadoria.....	314
3	Aposentadoria do servidor público: ato administrativo complexo.....	315
4	Prescrição: definição do dies a quo para contagem do prazo prescricional	316
5	Conclusão.....	317
	Referências	318

OS DESAFIOS ÉTICOS DA REGULAMENTAÇÃO DO USO DA
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO APOIO A DECISÕES JUDICIAIS
NO SISTEMA DE PRECEDENTES

Fernanda de Moura Ludwig, Janaína Gomes Aguiar Cascão..... 319

1	Introdução	319
2	Do Projeto de Lei nº 2.383/2023	322
3	Da legislação correlata e do direito comparado.....	324
4	Conclusão.....	326
	Referências	326

O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: ALCANCE DO
ART. 105, I, "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL A PARTIR DO
JULGAMENTO DA QO-AP Nº 878

Marco Antonio Martin Vargas, Caio Salles..... 329

	Introdução.....	329
1	O foro por prerrogativa de função e sua ratio	331
2	A interpretação restritiva da prerrogativa de foro pelo Supremo Tribunal Federal (QO-AP nº 937).....	334
3	A prerrogativa de foro conferida a desembargadores e os critérios definidos na QO-AP nº 878.....	335
	Conclusão.....	338
	Referências	339

A (I)LEGITIMIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO TRIBUNAL
DO JÚRI

Guilherme Silva Pereima..... 341

	Introdução.....	341
1	O devido processo penal constitucional.....	343
2	O Tribunal do Júri e a soberania dos veredictos	345
3	A execução provisória da pena em sede de condenação pelo conselho de sentença.....	348
	Considerações finais.....	352
	Referências	353

2ª PARTE – DIREITO ELEITORAL CIDADANIA E CADASTRO ELEITORAL

A MISSÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL COMO GUARDIÃ DA DEMOCRACIA

	Luis Felipe Salomão	357
1	Introdução	357
2	Registros históricos do TSE	358
3	Recentes desafios da justiça eleitoral	362
4	Conclusão.....	365

A PLURALIDADE DEMOCRÁTICA NA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

	Kassio Nunes Marques	367
	Introdução.....	367
1	O Tribunal Superior Eleitoral no período anterior à Constituição de 1988	368
2	O Tribunal Superior Eleitoral sob a ótica da Constituição Federal vigente.....	371
	Considerações finais.....	376
	Referências.....	377

CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES PARA A CIDADANIA POLÍTICO-ELEITORAL DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

	Marcos Heleno Lopes Oliveira	379
	Introdução	379
1	Considerações sobre diversidade sexual e de gênero	380
2	Atuação do Ministro Benedito Gonçalves na concretização dos direito político-eleitorais das pessoas LGBTQIA+	381
	Considerações finais.....	383
	Referências	383

TÍTULO É MAIS QUE UM DOCUMENTO: JUSTIÇA ELEITORAL, EFETIVIDADE DE DIREITOS POLÍTICOS E CADASTRO ELEITORAL

	Michelle Pimentel Duarte	385
	Introdução.....	385

1	Justiça Eleitoral e efetividade dos direitos políticos.....	385
2	Sufrágio universal, direitos políticos e a inexistência de barreiras	387
3	Resolução TSE nº 23.659/2021 e o desenho do serviço eleitoral.. Conclusão.....	389 391
	Referências.....	392

GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL: INOVAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA

	Alan de Freitas Rosetti, Roberta Maia Gresta	393
1	Introdução.....	393
2	Resolução Cidadã: o passo adiante, sem deixar ninguém para trás.....	394
3	Atuação da Corregedoria-Geral Eleitoral na gestão cidadã do Cadastro Eleitoral	396
3.1	Projeto Título Net 3	397
3.2	Novos campos biográficos do Cadastro Eleitoral (art. 42 da Resolução TSE nº 23.659/2021).....	398
4	Seleção de Boas Práticas CGE 2022/2023 e o mapeamento de especificidades regionais	400
5	Conclusão.....	401
	Referências	402

ELEIÇÕES NA SOCIEDADE EM REDE

REDES SOCIAIS E PROCESSO ELEITORAL

	Messod Azulay Neto	405
1	Introdução.....	405
2	Os impactos das redes sociais.....	407
3	Efeitos da desinformação no processo eleitoral	411
4	Conclusão.....	412
	Referências	414

A DESINFORMAÇÃO PLATAFORMIZADA E A DEMOCRACIA

	André Ramos Tavares.....	417
1	O poder das novas tecnologias nas democracias.....	417
2	Liberdade de informação no processo eleitoral: para além de direitos, os deveres fundamentais.....	418
3	O significado da desinformação para a democracia.....	419
4	Justiça Eleitoral e o combate à desinformação	421
4.1	A necessária equiparação das plataformas digitais aos meios de comunicação social.....	421 423
	Conclusões.....	423
	Referências	424

DEMOCRACIA DIGITAL: DESAFIOS E OS EXEMPLOS DA JUSTIÇA
ELEITORAL BRASILEIRA

Henrique Carlos de Andrade Figueira,

Allan Titonelli Nunes	425
1 Introdução.....	425
2 Insatisfação, mobilização e redes sociais.....	426
3 Representação política e democracia digital.....	427
4 Inovação e governo eletrônico	428
5 Exemplos de governança eletrônica, inovação e participação democrática fornecidos pela Justiça Eleitoral brasileira	428
Conclusão.....	430
Referências.....	431

INELEGIBILIDADE E ILÍCITOS ELEITORAIS

PORTE DE ARMAS NAS ELEIÇÕES

Ricardo Lewandowski.....	437
---------------------------------	------------

**DA LUCIDEZ DO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES NA
APLICAÇÃO DA LEI ELEITORAL**

Adalberto de Oliveira Melo, Pedro Pinaud de Araújo,

Gustavo Cardim Russo de Melo	451
---	------------

**REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS SEM IMPUTAÇÃO DE
DÉBITO: INTERPRETAÇÃO DO §4º-A DO ART. 1º DA LC Nº 64/90
CONFORME A CONSTITUIÇÃO**

Letícia Garcia de Carvalho Euzébio, Juliana Deléo Rodrigues.....	459
Referências	465

**A FRAUDE À LEI NO DIREITO CONTEMPORÂNEO E SUA
APLICAÇÃO NO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO: ANÁLISE DO
RECURSO ORDINÁRIO Nº 0601407-70.2022.6.16.0000**

Manoel José Ferreira Nunes Filho	467
Referências.....	474

DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

**DECISÃO SANEADORA EM AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL
ELEITORAL: A RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO COMO PONTO
DE EQUILÍBRIO ENTRE A CELERIDADE E A GARANTIA DE UMA
PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA**

Jamile Ton Kuntz.....	477
1 Introdução.....	477

2	A aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao processo eleitoral.....	478
3	A decisão de saneamento e organização do processo e sua compatibilidade sistêmica com o processo eleitoral.....	480
4	A experiência nas ações de investigação judicial eleitoral do pleito de 2022.....	484
5	Conclusão.....	485
	Referências.....	486

CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA: OS DESAFIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL		
	Carmo Antônio de Souza, Heverton Luiz Rodrigues Fernandes.....	487

PARTIDOS POLÍTICOS E FINANCIAMENTO ELEITORAL

UM OLHAR LIGEIRO SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS		
	Cristiane Paula da Silva Galperin, Fernando Wolff Bodziak.....	495
	Referências.....	499

A VEDAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS POR PESSOAS JURÍDICAS: JÁ É CHEGADA A HORA DE UM REPENSAR SOBRE O TEMA?		
	Sérgio Silveira Banhos.....	501
	Referências.....	507

	SOBRE OS AUTORES.....	509
--	------------------------------	------------